EM BUSCA DE DIRETRIZES QUE GARANTAM O FUNCIONAMENTO E CONSOLIDAÇÃO DOS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS BRASILEIROS: A QUESTÃO DAS POLÍTICAS INFORMACIONAIS DE AUTO-ARQUIVAMENTO

Renato Reis Nunes

Resumo: A filosofia de acesso livre ao conhecimento científico surgiu da necessidade dos pesquisadores em ampliar o acesso e, conseqüentemente, a visibilidade aos resultados de suas pesquisas maximizando, em última instância, o desenvolvimento da ciência. O mote do movimento mundial em favor do Acesso Livre aos resultados de pesquisa é, portanto, a disseminação ampla e irrestrita dos resultados de pesquisas, principalmente as financiadas com recursos públicos. Os Repositórios Institucionais (RI) são uma das ferramentas que se mostram como alternativa para a comunicação da ciência livre de barreiras de acesso. Porém, para a ampla consolidação dos RI, faz-se necessário a implementação de políticas mandatórias que apóiem o auto-arquivamento das publicações científicas por parte dos pesquisadores. Busca-se, então, estudar, baseado na metodologia de análise comparativa, experiências consolidadas de RI que possuam políticas de depósito. A seleção dos repositórios à serem analisados, que será realizada em três experiências internacionais, foi ancorada, principalmente, em critérios de citação na literatura da área e dados estatísticos obtidos através de rankings e diretórios específicos da área. Como resultado da pesquisa, pretende-se elaborar diretrizes necessárias para construção de uma política de depósito para RI Brasileiros a partir da contribuição da análise comparativa, derivando da síntese dos resultados o conjunto de diretrizes proposto.

Palavras-Chave: Comunicação Científica. Acesso Livre à Informação. Repositórios Institucionais. Políticas Mandatórias.

1 INTRODUÇÃO

A informação técnico-científica, considerada como a base de todo o desenvolvimento científico e tecnológico de uma nação, encontra dificuldades no que diz respeito ao acesso e disseminação das mesmas, já que em sua maioria são publicadas por periódicos cujo acesso é restrito, sendo possível, na maioria dos casos, somente através da assinatura de tais revistas.

Com o surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação no final do séc. XX, ferramentas voltadas para gestão informacional foram surgindo e diversos paradigmas estão mudando,

visto que estas tecnologias visam facilitar o acesso à informação científica em meio digital através da Internet.

Dentre as diferentes ações que compõem o atual sistema de publicação da ciência, os periódicos científicos têm sido um dos mais afetados por estas novas ferramentas de gestão. Destaca-se, também, no atual sistema de publicação científica, as possibilidades advindas de movimentos da "filosofia aberta", como o Movimento de Acesso Livre a Informação *(Open Acess Movement*[1]*)*, e a Iniciativa dos Arquivos Abertos *(Open Archives Initiative*[2]*)*.

É neste contexto que surgem os Repositórios Institucionais (RI), ferramentas de disseminação da informação técnico-científica que permitem o armazenamento, recuperação e disseminação de documentos acadêmicos, administrativos e científicos de uma instituição de forma integrada. Os Repositórios Institucionais reforçam a idéia de que todos os materiais de pesquisa devem estar disponibilizados publicamente na internet, sem restrições de acesso, sobretudo as pesquisas desenvolvidas com recursos oriundos de agências públicas de fomento à pesquisa, tendo como exemplo brasileiro a CAPES, CNPq, FINEP.

As estratégias de criação de Repositórios tem registrado progresso, visto que, em Abril de 2011, existiam mais de 1.900 Repositórios Institucionais e Temáticos em universidades e centros de pesquisa espalhados pelo mundo, segundo registro do Diretório de Repositórios de Acesso Aberto (OpenDOAR, abr/2011). Porém, segundo pesquisadores e incentivadores da "filosofia aberta", apesar do número expressivo, a adoção de Repositórios no meio acadêmico encontra-se em quantitativos aquém do esperado.

Dentre os desafios relacionados por Guédon (2004), um dos mais importantes diz respeito a *como agregar valor aos Repositórios*, assim como ampliar sua visibilidade, visto que há uma forte percepção de que o material impresso garante confiança e autoridade, e o material digital ainda não alcançou este *status quo*. Quebrar o que pode ser entendido por alguns pesquisadores como "perda de tempo" em fazer o auto-arquivamento de uma produção científica que já esta disponível em canais formais, como, por exemplo, periódicos científicos, é o grande desafio para a ampla consolidação dos Repositórios (WEITZEL, 2006).

Neste sentido, as políticas informacionais de auto-arquivamento podem ser uma atribuição de valor, dando ao pesquisador o respaldo necessário para publicar sua pesquisa no RI. Segundo Steven Harnad (2004), no atual estágio embrionário em que se encontram algumas iniciativas em favor do acesso livre, somente através de *mandatos de depósito,* como uma política informacional de auto-arquivamento, será possível reunir, em uma plataforma única, toda produção científica gerada em uma instituição.

Assim sendo, nesta pesquisa procuraremos analisar experiências de Repositórios que já possuam políticas de auto-arquivamento fundamentadas e aprovadas por seu corpo institucional, de

1 http://www.openarchives.org/
2 http://www.eprints.org/

forma a estudar tais políticas e, a partir desta análise, propor diretrizes para criação de políticas de depósito em iniciativas de Repositórios Institucionais Brasileiros.

Diante do exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar Políticas Informacionais de Auto-Arquivamento no intuito de propor critérios e diretrizes que garantam o funcionamento, consolidação e visibilidade dos Repositórios Institucionais Brasileiros.

2 **REVISÃO DE LITERATURA**

O advento da Internet vem causando um impacto muito grande em várias áreas da sociedade. A facilidade de acesso e disseminação da informação científica passa a acontecer em meio digital através da rede mundial de computadores, iniciando o aparecimento de novas alternativas para a comunicação científica (INSTITUTO..., 2005).

É neste cenário que surgem novas ferramentas voltadas para disseminação da informação em meio digital, como a Biblioteca Virtual, a Biblioteca Digital e suas ramificações, aqui pontuada pelos Repositórios Institucionais.

2.1 **OS REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS**

Os Repositórios Institucionais inserem-se nos movimentos da "filosofia aberta", como a Iniciativa dos Arquivos Abertos (Open Archives Initiative - OAI) e Movimento de Acesso Livre a Informação (Open Access Movement - OA).

A filosofia aberta baseia-se nos conceitos de

> [...] [i] software aberto (ou livre), para o desenvolvimento de aplicações em computador; [ii] arquivos abertos, para a interoperabilidade em nível global; e [iii] acesso aberto – questão mais polêmica – para a disseminação ampla e irrestrita de resultados da pesquisa científica (COSTA, 2006, p. 40).

Os movimentos OAI e OA visam promover o acesso livre e irrestrito à literatura científica e acadêmica, favorecendo o aumento do impacto do trabalho desenvolvido pelos pesquisadores e instituições. Também contribuem para a reforma do sistema de comunicação científica, reassumindo o controle acadêmico sobre a publicação, aumentando a competição e reduzindo o monopólio das revistas das editoras comerciais, reforçando a idéia de que o conhecimento não é algo comercial (RODRIGUES ET AL, 2004).

Basicamente, os Repositórios Institucionais são coleções digitais de documentos que armazenam, preservam, divulgam e dão acesso à produção intelectual de uma ou mais universidades e/ou instituições de pesquisa. Essas coleções podem ser produzidas por pesquisadores, docentes, discentes e demais membros da instituição. Os Repositórios Institucionais são responsáveis por divulgar e preservar informações científicas da instituição que os abrange (RODRIGUES ET AL, 2004).

Crow (2002) define os Repositórios Institucionais como "um arquivo digital de produtos intelectuais criados por uma comunidade de pesquisadores, estudantes e professores de uma instituição". Para Lynch (2003), os Repositórios Institucionais são "um conjunto de serviços que a instituição oferece aos seus membros para o gerenciamento e disseminação de materiais digitais criados na instituição".

Segundo o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2005), "os Repositórios Institucionais incentivam o gerenciamento e a publicação pelo pesquisador (através do auto-arquivamento), utilizando a tecnologia da OAI e podendo ser acessados por diversos provedores de serviços on-line nacionais e internacionais".

2.2 **A importância das políticas informacionais de auto-arquivamento para a consolidação e visibilidade dos Repositórios Institucionais**

As políticas de informação surgiram no intuito de auxiliar a gerir este crescente aumento do fluxo documental, dado ao crescente número de informações produzidas no período pós Segunda Guerra Mundial:

> política de informação tem sido definida como um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos inter-relacionados que orientam a supervisão e gestão do ciclo vital da informação: a produção, coleção, organização, distribuição/disseminação, recuperação, uso e preservação da informação (ANDRYCHUCK, 2004 apud JARDIM, 2009).

Diversos países têm manifestado apoio em favor do movimento de acesso livre ao conhecimento, sejam eles desenvolvidos ou em desenvolvimento. Esse apoio pode ser aferido por meio da análise crescente de implementações baseadas no modelo OA em distintos países espalhados pelo globo. Países como Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha e Japão assumiram a liderança do movimento através de inúmeros estudos, manifestos e eventos que visam legitimar as iniciativas em prol do acesso livre (KURAMOTO, 2008).

Para alcançar o tão desejado sucesso do movimento de acesso livre ao conhecimento científico, é fundamental que os grandes produtores deste conhecimento, ou seja, as universidades e institutos de pesquisas, além de implementarem ferramentas baseadas no Modelo da Iniciativa dos Arquivos Abertos, procedam à construção de políticas informacionais de auto-arquivamento que garantam o depósito dos documentos gerados no âmbito de suas instituições.

Os RI são uma alternativa para o problema da pressão feita por editores científicos para conseguirem ter a exclusividade da informação científica, criando barreiras para que os pesquisadores que publiquem em seus periódicos não adiram a tais iniciativas de acesso livre, forçando, assim, a comunidade científica a pagar para ter acesso a estas informações.

> Com os custos extorsivos das publicações periódicas científicas, uma nova ordem mundial está se impondo: a criação de repositórios institucionais nas universidades e instituições de pesquisas aliada a um mandato legal que obriga os pesquisadores a depositarem os

> seus resultados de pesquisa publicados em revistas científicas reconhecida nacional e internacionalmente (KURAMOTO, 2008).

Para melhor entendimento, faz-se necessário definir o termo *mandato de depósito*:

> são instrumentos instituídos através de medidas legais ou administrativas, que obrigam o autor vinculado à instituição ou que teve sua pesquisa financiada por recursos públicos, a depositar uma cópia de sua pesquisa no repositório da instituição a qual esteja vinculado (HARNARD, 2008).

Neste sentido, a criação dos mandatos de depósito é vista como uma reação à baixa resposta da política do depósito voluntário, que tem resultado em índices de adesão considerados baixos, e que deve constituir-se na solução para que sejam obtidos índices de arquivamento (depósito) significativos.

3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A inserção dos mandatos de depósito no âmbito institucional enriquece o conteúdo do repositório, ao passo que ali estará depositado toda a produção gerada naquela instituição, favorecendo o controle bibliográfico, a recuperação da informação, dentre tantos outros inúmeros fatores.

Com a consolidação e ampla utilização dos RI, os pesquisadores e os centros de pesquisa podem tirar proveito de vários recursos disponíveis como, por exemplo, a adoção dos Repositórios como ferramenta nos processos de avaliação dos centros de pesquisa, assegurando que a produção científica, bem como dados bibliográficos e texto completo serão facilmente disponíveis; obtenção de relatórios de atividade; estatísticas de acesso a seus documentos e relatórios de pesquisa; criação de listas de publicações, entre outros.

Harnad (2008), ainda esclarece que os repositórios com mais sucesso no que diz respeito ao auto-arquivamento de informações têm sido aqueles cujas instituições estabeleceram política de depósito mandatório.

Destaca-se, também, que esta pesquisa possui como proposta criar diretrizes para criação de políticas de auto-arquivamento em *Repositórios Institucionais Brasileiros*, tendo em vista que:

- Mundialmente, segundo dados do OpenDOAR[3] –, existem 1.952 RI, dos quais 301 possuem algum tipo de política informacional. No Brasil, há 39 RI em operação, dos quais apenas 04 possuem algum tipo de política informacional (OpenDOAR, abr/2011).
- Destaca-se também que, de acordo com o ROARMAP[4] –, existem 355 políticas mandatórias, de diversos tipos e finalidades, distribuídas no mundo. A América do Sul possui 2% destes

3 Dados obtidos no Directory of Open Access Repositories – OpenDOAR. Disponível em <www.opendoar.org/>. Acesso em abr/2011.

4 Dados obtidos no Registry of Open Access Repository Material Archiving Policies - ROARMAP. Disponível em <http://roarmap.eprints.org/>. Acesso em abr/2011.

mandatos, enquanto América do Norte e Europa contribuem, respectivamente, com 24% e 57% (ROARMAP, abr/2011).

No segundo ato desta pesquisa, utilizaremos o método comparativo que, de forma direta, "permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais" (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 107). Ainda segundo Lakatos e Marconi (2007, p. 107), o método comparativo "realiza comparações, com a finalidade de verificar similaridades e explicar divergências". Isto permite, no caso desta pesquisa, que possamos comparar Repositórios Institucionais distintos no intuito de buscar aspectos comuns e incomuns no que diz respeito às políticas de depósito utilizadas, a fim de propor diretrizes para criação de políticas de auto-arquivamento para Repositórios Institucionais Brasileiros.

Como exposto anteriormente, a implementação da obrigatoriedade do arquivamento da produção científica é o fator primordial para que as taxas de depósito sejam consideravelmente aumentadas, visto que, em instituições cuja participação dos autores depende exclusivamente do incentivo de políticas voluntárias, as taxas de depósito permanecem baixas.

Abstract: The Open Access philosophy to scientific knowledge appeared of the necessity of the researchers in extending the access and, consequently, the visibility to the results of his research maximizing, in last instance, the development of science. The goal of the world-wide movement for Open Access is, therefore, the ample and unrestricted dissemination of the results of research, especially those financed with public funds. Institutional Repositories are one of the tools that are shown as an alternative to science communication barrier free access. However, for wide consolidation of Institutional Repositories, is necessary to implement policies that support the mandatory self-archiving of scientific publications by researchers. The aim is then to study, through comparative analysis, consolidated experiences of Institutional Repositories that have mandatory policies. The analysis, to be held in three international experiences, was anchored mainly on the criteria of citation in the literature and statistical data. As results, we intend to develop guidelines necessary for building a policy of mandatory deposit for Brazilian Institutional Repositories.

Keywords: Scientific Communication. Open Access Initiative. Institutional Repositories. Mandatory Policies.

REFERÊNCIAS

COLINO, Cesar. El metodo comparativo. In: REYES, R. (Dir.). **Diccionario Crítico de Ciencias Sociales**. Madrid: Universidad Complutense, 2002.

COSTA, Sely Maria de Souza. O novo papel das tecnologias digitais na comunicação científica. In: MARCONDES, Carlos Henrique et al. (Org.). Bibliotecas digitais: saberes e práticas. 2. ed. Brasília: IBICT, 2006. p. 165-183.

CROW, Raym. The case for institutional repositories: a SPARC position paper. Washington, DC, **Scholarly Publishing & Academic Resources Coalition**, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GUÉDON, Jean-Claude. Toward optimizing the distributed intelligence of scientists: the need for open access. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 2., 2004, Campinas. [Trabalhos apresentados...]. Campinas: UNICAMP, 2004.

HARNAD, Stevan et al. The access/impact problem and the green and gold roads to open access. **Serials Review**, v. 30, n. 4, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.serrev.2004.09.013>. Acesso em: 15 mar. 2010.

INSTITUTO Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Manifesto Brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica. Rio de Janeiro, 2005.

KURAMOTO, Hélio. Acesso livre: caminho para maximizar a visibilidade da pesquisa.

Revista de adm. contemporânea, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 861-872, jul./set. 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007. 315 p.

LYNCH, Clifford A. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. **ARL Bimonthly Report**, 26, 2003.

RODRIGUES, Eloy et al. **RepositóriUM:** criação e desenvolvimento do repositório institucional da universidade do Minho. Universidade do Minho, Braga (Portugal), 2004.

WEITZEL, Simone da Rocha. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 51-71, jan./jun. 2006.